

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5



**Marcus Fernando da Silva Praxedes
(Organizador)**

Atena
Editora
Ano 2020

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5



**Marcus Fernando da Silva Praxedes
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

Edição de Arte Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Revisão Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

- Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof^a Dr^a Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Prof^a Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof^a Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof^a Dr^a Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof^a Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Prof^a Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Prof^a Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof^a Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof^a Dr^a Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Prof^a Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Prof^a Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco

Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A enfermagem centrada na investigação científica

5

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário: Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Marcus Fernando da Silva Praxedes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E56 A enfermagem centrada na investigação científica 5 [recurso eletrônico] / Organizador Marcus Fernando da Silva Praxedes. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-198-5

DOI 10.22533/at.ed.985202307

1. Enfermagem – Pesquisa – Brasil. 2. Saúde – Brasil.
I.Praxedes, Marcus Fernando da Silva.

CDD 610.73

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br


Ano 2020

APRESENTAÇÃO

O fortalecimento da Enfermagem, como ciência, perpassa o desenvolvimento de um corpo de conhecimento alicerçado em uma base de evidências de estudos científicos bem desenhados e que tenham implicações para uma prática segura. A investigação científica confiável e de qualidade, portanto, garante o reconhecimento das áreas dos saberes da enfermagem e dos profissionais e pesquisadores envolvidos.

Diante do exposto, temos o prazer de apresentar a coleção “A Enfermagem Centrada na Investigação Científica”. Trata-se de uma obra que reúne trabalhos científicos relevantes das mais diversas áreas de atuação do fazer Enfermagem. Aqui, docentes, estudantes, profissionais e os participantes das pesquisas são atores principais de uma ciência holística que a cada dia se fortalece, em decorrência do engajamento e empoderamento desses.

O objetivo central foi apresentar de forma categorizada e clara estudos desenvolvidos em diversas instituições de ensino e pesquisa do país. O terceiro volume traz estudos relacionados à prática da enfermagem baseada em evidências com ênfase à Sistematização da Assistência da Enfermagem (SAE) nos mais diversos cenários de cuidado à saúde e a importância do desenvolvimento de uma cultura de segurança do paciente. O quarto volume concentra, principalmente, experiências relatadas através de projetos de pesquisa e extensão, demonstrando a importância dos mesmos para a formação acadêmica e profissional.

O quinto volume aborda a saúde da mulher na gestação, parto e puerpério, bem como dos recém-nascidos, crianças e adolescentes. O último capítulo traz a importância da assistência da enfermagem diante da violência sexual contra mulheres. Tema de fundamental relevância, principalmente em tempos de pandemia.

O destaque para atenção primária à saúde e para questões vivenciadas na prática profissional é dado pelo sexto volume. Por fim, o sétimo e último volume, traz estudos com temas variados, principalmente relacionados à saúde da população idosa, estudos epidemiológicos e às doenças infectocontagiosas. Ressaltamos a relevância da divulgação científica dos trabalhos apresentados, para que os mesmos possam servir de base para a prática segura dos profissionais de saúde. Nesse sentido, a Atena Editora se destaca por possuir a estrutura capaz de oferecer uma plataforma consolidada e confiável para estes pesquisadores exporem e divulguem seus resultados.

Marcus Fernando da Silva Praxedes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A RELEVÂNCIA DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS PELO ENFERMEIRO À GESTANTE NO PRÉ-NATAL SOBRE TRIAGEM NEONATAL	
Viviane de Melo Souza	
DOI 10.22533/at.ed.9852023071	
CAPÍTULO 2	13
A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES DO ENFERMEIRO NO INCENTIVO AO ALEITAMENTO MATERNO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Liane Bahú Machado	
Sandra Ost Rodrigues	
Silvana Carloto Andres	
Claudete Moreschi	
DOI 10.22533/at.ed.9852023072	
CAPÍTULO 3	18
ALEITAMENTO MATERNO EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL: PERCEÇÃO DAS MÃES	
Siena Nogueira Guirardi	
Aisiane Cedraz Morais	
Juliana de Oliveira Freitas Miranda	
Rebeca Pinheiro de Santana	
Rita de Cássia Rocha Moreira	
Ariane Cedraz Morais	
Isana Louzada Brito Santos	
Deisy Vital dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.9852023073	
CAPÍTULO 4	36
MÃES ADOLESCENTES E SEUS FILHOS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA SOBRE ALEITAMENTO MATERNO	
Rejane Corrêa Marques	
Isis Vanessa Nazareth	
Fabricia Costa Quintanilha Borges	
Patrícia Regina Affonso de Siqueira	
Glaucimara Riguete de Souza Soares	
Joana Darc Fialho de Souza	
Carina Bulcão Pinto	
Sabrina Ayd Pereira José	
Meiriane Christine dos Santos Aguiar	
Larissa de Araújo Mantuano Agostinho	
Maria Isabel Santos Alves	
Suzanna Martins Costa	
DOI 10.22533/at.ed.9852023074	
CAPÍTULO 5	53
AMAMENTAÇÃO DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA DO BRASIL: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA	
Mônica Chiodi Toscano de Campos	
Ingridy Borges dos Santos	
Rejane Antonello Griboski	
Daniella Soares dos Santos	
Lara Mabelle Milfont Boeckmann	

CAPÍTULO 6 69

ASSISTÊNCIA PRESTADA NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL A MULHERES EM SITUAÇÃO PRISIONAL

Jéssica Kelly Alves Machado
Nathalya Anastacio dos Santos Silva
Amuzza Aylla Pereira dos Santos
Deborah Moura Novaes Acioli
Marianny de Medeiros de Moraes
Karlayne Reynaux Vieira de Oliveira
Maraysa Jessyca de Oliveira Vieira
Bárbara Maria Gomes da Anunciação
Larissa de Moraes Teixeira
Rosa Patrícia Gomes Tenório Omena Rodrigues
Julio Cesar Silva Oliveira
José Augustinho Mendes Santos

DOI 10.22533/at.ed.9852023076

CAPÍTULO 7 80

PRODUÇÃO IMEDIATA DE LEITE CONFORME A VIA DE PARTO EM PUÉRPERAS DE GESTAÇÃO A TERMO

Genoveva Zimmer
Maria Alessandra Ribeiro da Costa
Pedro Celiny Ramos Garcia
Jorge Hecker Luz
Lisie Zimmer Santiago
Humberto Holmer Fiori

DOI 10.22533/at.ed.9852023077

CAPÍTULO 8 93

SUSCETIBILIDADE DE RECÉM-NASCIDOS PREMATUROS A INFECÇÃO HOSPITALAR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE PREVENÇÃO

Maria Elidiane Lopes Ferreira
Rosa Maria Assunção de Queiroga
Nalma Alexandra Rocha de Carvalho
Ana Carolina Coimbra de Castro
Ivana Mayra da Silva Lira
Mariana Portela Soares Pires Galvão
Satyê Rocha Pereira
Polyana Coutinho Bento Pereira
Aline Macedo da Silva
Marivete Ribeiro Alves
Dália de Sousa Viegas Haas

DOI 10.22533/at.ed.9852023078

CAPÍTULO 9 99

REDE DE ASSISTÊNCIA AO RECÉM-NASCIDO VIVENDO EM SITUAÇÃO PRISIONAL: O PAPEL DA ENFERMAGEM

Jéssica Kelly Alves Machado
Amuzza Aylla Pereira dos Santos
Nathalya Anastacio dos Santos Silva
Deborah Moura Novaes Acioli
Marianny de Medeiros de Moraes
Karlayne Reynaux Vieira de Oliveira
Maraysa Jessyca de Oliveira Vieira

Bárbara Maria Gomes da Anunciação
Larissa de Moraes Teixeira
Rosa Patrícia Gomes Tenório Omena Rodrigues
Julio Cesar Silva Oliveira
José Augustinho Mendes Santos
DOI 10.22533/at.ed.9852023079

CAPÍTULO 10 106

NARRATIVAS DE VIDA DE MULHERES USUÁRIAS DO CAPSAD SOBRE O CONSUMO DE BEBIDA ALCOÓLICA DURANTE A GESTAÇÃO

Rosângela da Silva Santos
Tharine Louise Gonçalves Caires

DOI 10.22533/at.ed.98520230710

CAPÍTULO 11 118

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DA SÍFILIS EM GESTANTE EM ESTADO DO NORDESTE BRASILEIRO

William Caracas Moreira
Myllena Maria Tomaz Caracas
Bruno D'Paula Andrade
Jorge Felipe da Silva Bastos
Maryanna Tallyta Silva Barreto
José Nilton de Araújo Gonçalves
Cinthya Leite Rodrigues de Moraes
Camila Sales Andrade
Aline da Silva Candeia
Eveline michelle Lima da Silva
Layze Braz de Oliveira
Inara Viviane de Oliveira Sena

DOI 10.22533/at.ed.98520230711

CAPÍTULO 12 130

CASO CLÍNICO DE GESTANTE EM TRATAMENTO DE TUBERCULOSE PULMONAR: ESTUDO DE CASO

Luciana do Socorro Serrão Filgueira
Paulo Henrique Viana da Silva
Romulo Roberto Pantoja da Silva

DOI 10.22533/at.ed.98520230712

CAPÍTULO 13 138

CUIDADOS DE ENFERMAGEM NAS SÍNDROMES HIPERTENSIVAS DA GESTAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Roberta Liviane da Silva Picanço
Tamara Braga Sales
Cláudia Patrícia Da Silva Ribeiro Menezes
Samara Gomes Matos Girão
Andreza Kelly Cardoso da Silva Soares
Maíra Maria Leite de Freitas
Lucélia Rodrigues Afonso
Marcia Alves Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.98520230713

CAPÍTULO 14 147

SIGNIFICADO DO PLANO DE PARTO: PERSPECTIVAS DA EQUIPE DE SAÚDE

Tâmem Luiza Borba
Geiza Martins Barros

CAPÍTULO 15 157

ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CUIDADO À CRIANÇA HOSPITALIZADA: ABORDAGEM NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Manuela Costa Melo
Luana Nunes Lima
Lara Mabelle Milfont Boeckmann
Luciana Melo de Moura
Ruth Geralda Germana Martins
Ana Socorro de Moura
Amanda Costa Melo

DOI 10.22533/at.ed.98520230715

CAPÍTULO 16 169

AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS DE ALTO RISCO

Bianca Machado Cruz Shibukawa
Gabrieli Patricio Rissi
Kayna Trombini Schimidt
Priscila Garcia Marques
Ieda Harumi Higarashi

DOI 10.22533/at.ed.98520230716

CAPÍTULO 17 179

RISCOS BIOLÓGICOS E COMPORTAMENTAIS PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM ADOLESCENTES

Maria de Nazaré de Sousa Ribeiro
Cleisiane Xavier Diniz
Regina dos Santos Sousa
Fátima Helena do Espírito Santo
Fernanda Farias de Castro
Cássia Rozária da Silva Souza

DOI 10.22533/at.ed.98520230717

CAPÍTULO 18 189

O SIGNIFICADO DA HISTERECTOMIA PARA MULHERES EM PRÉ-OPERATÓRIO À LUZ DO PENSAMENTO DE MARTIN HEIDEGGER

Anna Maria de Oliveira Salimena
Marcela Oliveira Souza Ribeiro
Andyara do Carmo Pinto Coelho Paiva
Thais Vasconcelos Amorim
Rafael Carlos Macedo Souza
Amanda Tamires Drumond Vilas Boas Tavares
Layla Guimarães Paixão Oliveira
Nayara Costa Farah
Camila Silva Torres Militão
Alice Teixeira Caneschi

DOI 10.22533/at.ed.98520230718

CAPÍTULO 19 199

REPERCUSSÕES PSICOSSOCIAIS PÓS EXENTERAÇÃO PÉLVICA POR TUMORES GINECOLÓGICOS: REVISÃO DE LITERATURA

Natalia Beatriz Lima Pimentel
Vivian Cristina Gama Souza Lima
Felipe Cardozo Modesto

Patrícia dos Santos Claro Fuly
Kariny de Lima
Carmen Lucia de Paula
Rafael Carlos Macedo de Souza
Mauro Leonardo Salvador Caldeira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.98520230719

CAPÍTULO 20 207

A CIRURGIA DE MASTECTOMIA E SUA INFLUÊNCIA NO ÂMBITO BIOPSISSOCIAL FEMININO

Matheus Augusto da Silva Belidio Louzada
Lucas de Almeida Campos
Antonio da Silva Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.98520230720

CAPÍTULO 21 221

A PREDISPOSIÇÃO DA SÍNDROME DE BURNOUT EM POLICIAIS MILITARES FEMININAS EM UM BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

Bárbara de Caldas Melo
Ana Karoline de Oliveira Castro
Larissa Magalhães Freitas
Leila Akemi Evangelista Kusano

DOI 10.22533/at.ed.98520230721

CAPÍTULO 22 233

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM FRENTE À VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES

Ana Claudia Sierra Martins
Endian Luiza do Nascimento
Fernanda dos Santos Pereira
Maria Rita de Almeida Campos
Rita de Cássia Santoro de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.98520230722

SOBRE O ORGANIZADOR..... 247

ÍNDICE REMISSIVO 248

CAPÍTULO 6

ASSISTÊNCIA PRESTADA NO CICLO GRAVÍDICO PUERPERAL A MULHERES EM SITUAÇÃO PRISIONAL

Data de aceite: 01/07/2020

Data de submissão: 30/03/2020

Jéssica Kelly Alves Machado

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0002-7576-8714>

Nathalya Anastacio dos Santos Silva

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0002-5719-6433>

Amuzza Aylla Pereira dos Santos

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0001-6299-7190>

Deborah Moura Novaes Acioli

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0002-3295-8606>

Marianny de Medeiros de Moraes

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0001-8208-4268>

Karlayne Reynaux Vieira de Oliveira

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0002-8920-5154>

Maraysa Jessyca de Oliveira Vieira

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0002-2539-1795>

Bárbara Maria Gomes da Anunciação

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0002-9676-6806>

Larissa de Moraes Teixeira

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0002-6978-0805>

Rosa Patrícia Gomes Tenório Omena Rodrigues

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0001-7467-1884>

Julio Cesar Silva Oliveira

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0003-2267-9010>

José Augustinho Mendes Santos

Universidade Federal de Alagoas, Escola de
Enfermagem
Maceió – AL

ORCID Id <http://orcid.org/0000-0002-1570-4102>

RESUMO: A prisão representa para as mulheres encarceradas uma violência que se exerce sobre elas e seus filhos, gerando angústia, ansiedade, depressão e revolta. O resgate da cidadania e da saúde das mulheres encarceradas e seus filhos é o primeiro passo para a visibilidade da questão da maternidade. O objetivo é descrever a experiência de acadêmicas de enfermagem quanto à assistência prestada às mulheres no ciclo gravídico-puerperal no sistema prisional. Trata-se de um estudo qualitativo, descritivo, realizado em um presídio feminino do estado de Alagoas por acadêmicas de enfermagem. No acompanhamento à mulher no ciclo gravídico puerperal no sistema prisional é realizado consultas de enfermagem preconizadas ao pré-natal, efetivação e solicitação de exames e imunizações dentro do presídio. As gestantes, puérperas e os recém-nascidos são acolhidos em área específica da penitenciária onde recebem os cuidados básicos e as mães passam por orientações sobre o aleitamento materno, cuidados com recém-nascidos dentre outros. A equipe se depara com inúmeras dificuldades para melhor ofertar o cuidado, além da estrutura no sistema prisional para atender as especificidades das gestantes, as situações de emergência e outros problemas que o enfermeiro enfrenta acabam agravando a condição destas mulheres no sistema prisional, colocando em risco a vida do binômio. A saúde em presídios brasileiros ainda é muito deficiente, no entanto, apesar das limitações, a Enfermagem através de ações de humanização vem ultrapassando barreiras e tentando minimizar os danos que as experiências vivenciadas no ambiente prisional e suas carências possam provocar na vida dessas mulheres e seus filhos.

PALAVRAS-CHAVE: Gestantes; Prisões; Enfermagem, Assistência.

ASSISTANCE PROVIDED IN THE GRAVIDIC PUERPERAL CYCLE TO WOMEN IN PRISON SITUATION

ABSTRACT: Prison represents violence for women incarcerated on them and their children, generating anguish, anxiety, depression and revolt. The rescue of citizenship and health of incarcerated women and their children is the first step towards the visibility of the issue of motherhood. The objective is to describe the experience of nursing students regarding the assistance provided to women in the pregnancy-puerperal cycle in the prison system. This is a qualitative, descriptive study, carried out in a female prison in the state of Alagoas by nursing students. In the monitoring of women in the puerperal pregnancy cycle in the prison system, nursing consultations recommended for prenatal care are carried out, and examinations and immunizations are requested within the prison. Pregnant women, puerperal women and newborns are welcomed in a specific area of the penitentiary where they receive basic care and mothers undergo guidance on breastfeeding, newborn care, among others. The team faces numerous difficulties to better offer care, in addition to the structure in the prison system to meet the specific needs of pregnant women, emergency situations and other problems that nurses face end up aggravating the condition of these women in the prison system, putting them at risk the life of the binomial. Health in Brazilian prisons is still very deficient, however, despite the limitations, Nursing through humanization actions has been overcoming barriers

and trying to minimize the damage that the experiences lived in the prison environment and its shortages can cause in the lives of these women and their children.

KEYWORDS: Pregnant women; Prisons; Nursing, Assistance.

1 | INTRODUÇÃO

O crescimento da população feminina em privação de liberdade chama a atenção para múltiplos problemas que afetam o universo da mulher, tais como, as desigualdades de gênero e as diversas formas de violência que a mulher é exposta e que se multiplicam na prisão e implicam em sérios problemas à saúde desta população (DIUANA, CORREA, VENTURA, 2017).

A maior parte da população prisional é oriunda de comunidades carentes em que a condição de saúde já era precária, não distante da realidade carcerária, onde o estado de saúde é deplorável e que se encontram altas prevalências de tuberculose, de infecção pelo HIV e de transtornos mentais. Entretanto, para enfrentar tamanhos desafios, a sociedade dispõe de um sistema prisional subfinanciado, subequipado, atuando diariamente com profissionais desmotivados e usando estratégias inadequadas, além de ser hierarquicamente controlado por presos e agentes penitenciários, com isso o restrito acesso aos serviços de saúde é desigual e concedido segundo critérios alheios à saúde (VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015).

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça, nos últimos 15 anos, entre 2000 e 2014, a população penitenciária feminina aumentou de 5.601 para 37.380, ou seja, um crescimento de 567% no número de mulheres presas no Brasil. Estes números representam uma taxa superior ao crescimento da população encarcerada em geral, que aumentou 119% no mesmo período (BRASIL, 2015).

Em Alagoas, o mapa carcerário do mês de janeiro do ano de 2020 emitido pela Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social informa que o número total da população carcerária é de 4.723 pessoas, porém, apenas 165 são mulheres que estão na condição de sentenciadas ou aguardando decisão judicial, o quantitativo descrito não chega a representar 10% da população carcerária total do Estado de Alagoas considerando homens e mulheres (ALAGOAS, 2019).

A precariedade das condições estruturais que visam garantir condições adequadas para o cumprimento da pena é um dos aspectos mais comuns do sistema prisional brasileiro. Assim como, a contribuição para melhorar as condições de vida das pessoas privadas de liberdade (PPL) é um dos grandes desafios para as práticas de saúde no sistema prisional, tal fato, repercute diretamente nas condições de saúde, refletido pelo alto índice de doenças transmissíveis, HIV, tuberculose, hepatites e doenças dermatológicas, que acometem não só as pessoas encarceradas, mas colocam em risco os funcionários e familiares que realizam as visitas regularmente (NASCIMENTO; BANDEIRA, 2019).

Considerando o crescimento do número de mulheres encarceradas, efetivar os direitos das mulheres faz parte de um projeto estratégico do Ministério da Justiça, em que por meio de ações direcionadas ao aperfeiçoamento permanente, modernização da política de garantias dos direitos das mulheres, execução de pesquisas e estudos, adequação e construção de unidades prisionais femininas, articulação de boas práticas objetiva atender às necessidades femininas (BRASIL, 2015).

No que diz respeito aos direitos reprodutivos, a Legislação em Saúde no Sistema Penitenciário, a Lei n. 12.313 e, mais recentemente, a Portaria Interministerial n. 210, que instituiu a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, as mesmas garantem o direito a condições mínimas de assistência às mães e aos recém-nascidos, sendo importante para a minimização dos altos índices de morbidade materna e infantil (BRASIL, 2016).

A reclusão potencializa os aspectos negativos para as mulheres com relação a idealização da família, perspectivas futuras e principalmente com vistas ao fator de risco que a própria condição de encarceramento reproduz, caracterizando-se como fator condicionante dos resultados perinatais negativos (WALKER, 2014).

No caso das mulheres no período gestacional e no puerpério, o ambiente prisional se torna ainda mais delicado pela sua condição fisiológica, como as alterações hormonais e físicas, que requerem cuidados específicos e um espaço diferenciado das demais detentas. Um espaço que promova o Aleitamento Materno (AM) e assegure ambiente adequado para as crianças maiores de 6 meses e menores de 7 anos que estejam desamparadas (SANTOS et al., 2017).

Essas condições de privação de liberdade trazem danos emocionais e as expectativas em relação à vida futura, à separação do filho recém-nascido e o retorno à família e a vida em sociedade trazem anseios que por vezes tornam-se conturbadas. Fazem-se necessárias ações de planejamento familiar, pré-natal, nascimento, puerpério e aleitamento materno, além dos aspectos emocionais relacionados à situação de aprisionamento (BRASIL, 2016).

Pesquisas realizadas no Brasil apresentam determinantes que interferem na saúde da mulher vivendo em cárcere, desde a dificuldade de adaptar-se à alimentação oferecida até os sentimentos negativos como solidão, abandono, presença de ansiedade, dor, violência física e psicológica, distúrbio do sono e tabagismo (SANTOS et al., 2017).

Diante desse cenário, o público feminino em situação de prisão apresenta necessidades peculiares relacionadas à saúde, fatores que são agravados pelo histórico de violência familiar, maternidade, usam de drogas, hábitos sexuais, presença de DST, entre outros fatores. Por esses e outros fatores, é indispensável maior atenção à promoção da saúde da mulher presidiária, não só pelos maiores riscos presentes no ambiente prisional, mas também pela carência de ações preventivas oferecidas pelo sistema de saúde carcerário (FLORES; SMEH, 2018).

Há urgência de um conhecimento aprofundado acerca do ambiente prisional e dos problemas concretos que atingem aqueles aos quais se destinarão as intervenções, podendo assim, construir intervenções fundamentadas não apenas em constatações pessoais enquanto profissionais, equipe técnica ou pesquisadores, mas reconhecendo as demandas dos sujeitos que são atingidos pelo poder punitivo do Estado, mas que possam participar das transformações que almejam (NASCIMENTO; BANDEIRA, 2019).

Os profissionais devem, não apenas defender os direitos das mulheres em situação de cárcere, mas afirmá-las como sujeitos de direitos e transformá-las em potências criativas, capazes de recriar a si e seus modos de viver (CALHIARI; SANTOS; BRUNINI, 2015). Dessa forma, apresenta-se como objetivo deste estudo, relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem quanto à assistência prestada a mulheres no ciclo gravídico em uma penitenciária da cidade de Maceió.

2 | METODOLOGIA

Estudo descritivo, tipo relato de experiência, desenvolvido por um grupo de estudo da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Sua concepção surgiu a partir das vivências estimulantes do projeto de extensão intitulado Ações de cuidado às mulheres em situação prisional: estratégias para integralidade e equidade da assistência na promoção da saúde e prevenção de agravos, realizado desde o ano de 2016, com o objetivo de traçar o perfil sociodemográfico e promover ações de cuidados voltados para as mulheres em situação prisional e familiares, que abordem estratégias direcionadas à assistência ginecológica, obstétrica e infantil.

O cenário para realização da pesquisa foi o Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia (EPFSL), localizado em Maceió, Alagoas. No Estado existe apenas uma unidade prisional que é capaz de abrigar mulheres encarceradas, neste mesmo ambiente se encontram mulheres que já receberam condenação e estão em regime fechado, em maior quantidade aquelas que aguardam julgamento, que por não haver outras unidades provisórias permanecem no estabelecimento prisional e os casos raros de prisão sob medida de proteção.

A estrutura que comportou as mulheres até poucos meses possuía a capacidade para 74 vagas, entretanto, sempre apresentava superlotação, abrigando aproximadamente mais de 200 reeducandas. Em agosto de 2015, foi entregue a nova unidade do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia. Com uma nova estrutura, moderna e segura, a unidade foi ampliada com a criação de 210 vagas, contando com dois módulos com 13 celas coletivas que podem abrigar até oito reeducandas cada, além de duas celas para portadoras de necessidades especiais. A unidade possui parlatório, módulo de saúde, educação, administração, espaço materno-infantil, refeitório e celas para visitas íntimas, como previsto na Lei de Execuções Penais (BRASIL, 2016).

Diante das vivências no estabelecimento prisional e algumas falas, observa-se certa insatisfação das reeducandas com vistas à arquitetura de segurança máxima atual, por as colocam numa condição de maior confinamento, menor estreitamento de vínculos e menor similaridade com o ambiente extra prisional. Revelam que a nova estrutura se distancia muito da antiga estrutura onde viviam como em uma vila e possuíam mais liberdade para atividades de arte, culinária, cuidados pessoais e beleza, momentos ao ar livre, relações humanas além da facilidade de acesso aos profissionais do Estabelecimento Prisional.

Entretanto, a Secretaria da Ressocialização e Inclusão Social enfatiza que o sistema prisional alagoano segue entre os mais controlados do país, com destaque para as políticas de assistência ao reeducando, de modo a permitir não somente o cumprimento da pena que lhe foi imposta, mas também a efetiva ressocialização do custodiado (ALAGOAS, 2019).

Durante o desenvolvimento do projeto foram realizadas atividades para o acompanhamento e acolhimento destas mulheres nas várias fases do ciclo gravídico puerperal, de forma a contribuir para a difusão do conhecimento por meio de ações de Assistência em saúde de forma coletiva (palestras, rodas de conversas, campanhas, entre outros) e individualmente durante as consultas de enfermagem.

3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

O crescimento do número de reeducandas chama a atenção para múltiplos problemas que afetam o universo da mulher, tais como, as desigualdades de gênero que são reflexo das condições históricas de opressão na vida social, pelas formas de punição como traços culturalmente patriarcais e as diversas formas de violência que a mulher é exposta e que se multiplicam na prisão como mecanismos de controle dos corpos e implicam em sérios problemas a saúde desta população (DIJANA, CORREA, VENTURA, 2017; PIMENTEL, 2016).

Segundo Almeida et al. (2016), a condição de saúde das presidiárias é inferior à condição da população geral feminina, situação condicionada às inadequadas ou poucas ações de saúde voltadas para este público visto os poucos cuidados promocionais, preventivos e assistenciais voltados às formas de adoecimento, a ética e as condutas preconizadas por políticas muitas vezes negligenciadas ou não realizadas no âmbito das prisões.

Durante a execução do projeto de extensão direcionado às mulheres em situação de privação de liberdade em um presídio feminino, o grupo participante do projeto vivenciou a experiência de ofertar a assistência de enfermagem às mulheres encarceradas durante o ciclo gravídico puerperal. Em um primeiro momento, foi realizado o reconhecimento do campo, da equipe de saúde e jurídica, possibilitando a adequação das propostas teóricas-

práticas às condições peculiares e de privação de uma prisão de segurança máxima.

Ao adentrarmos o Estabelecimento Prisional, observamos o exacerbado número de grades, portões e cadeados que cercam grande parte dos ambientes, distanciando e dificultando as relações humanas, mesmo não havendo histórico representativo de rebeliões ou motins entre as mulheres em privação de liberdade no Presídio Santa Luzia. Após o reconhecimento do campo e as devidas orientações, começou-se, então, a realização das atividades.

Inicialmente foram executadas na presença da equipe responsável pelo setor ambulatorial do presídio, com papel substancial de fornecer informações importantes acerca dos recursos materiais disponíveis, bem como, a deficiência da estrutura organizacional da penitenciária que estão diretamente ligados fatores relacionados com o desenvolvimento saudável de uma gestação, tais como: ambiente confortável, alimentação, apoio familiar, equipamentos desenvolvidos para exames e medicações.

A equipe de enfermagem disponibilizou, para subsidiar o relato, os prontuários das gestantes e puérperas contendo os dados epidemiológicos, consultas e exames de pré-natal e o registro de porta de entrada, realizado no momento da triagem, momento este em que as mulheres são recebidas no presídio, por meio de uma entrevista.

Nessa perspectiva, evidenciou-se neste cenário a faixa etária das mulheres encarceradas varia entre 18 a 35 anos, a maioria não possui documentos de identificação, quanto à escolaridade a maioria apresenta ensino fundamental, são fumantes e algumas apresentam hipertensão. Com relação as infecções sexualmente transmissíveis (IST's), não foi encontrado casos identificados a partir dos registros de testes rápidos realizado pela equipe.

Tal achado da pesquisa contraria algumas das evidências de um estudo realizado em com penitenciárias, em que os resultados apresentaram um fator de vulnerabilidade dessas mulheres aumentado para IST's, pois o fato de terem companheiro fixo, mesmo em quantidade reduzida, colabora para o “não uso” de algum método contraceptivo, consequentemente, contribuindo para o aumento das IST's. (BARROS; PENHA; GALIZA, 2016).

Porém, os dados do sistema de informação penitenciária, revelam a familiaridade das evidências, quanto à escolaridade das mulheres detentas: das 42.35513 presas, 45% tem o ensino fundamental incompleto, 15% ensino fundamental completo, 17% ensino médio incompleto, 15% ensino médio completo. O relatório revela que 62% mulheres presas são negras e 37% são brancas, de um universo de 29.584 mulheres que consta no preenchimento dos dados sobre informação de cor (BRASIL, 2016).

No período de execução do projeto o presídio feminino mantém sete gestantes e quatro puérperas. Destas, dez teriam iniciado a gestação quando receberam mandado de prisão, e uma concebeu a gestação durante as visitas íntimas no presídio. Estima-se que 90% das mulheres chegam grávidas ao sistema prisional, por este motivo, recomenda-

se a realização do teste de gravidez quando a mulher chega ao presídio, desta forma, haveria a possibilidade de iniciar o pré-natal com antecedência (NITAHARA, 2015).

Segundo a Cartilha de Direitos e Deveres da Mulher no Presídio, a mulher tem os mesmos direitos que o homem preso, a exemplo, a visita íntima, sem distinções a sua classe social, raça ou orientação sexual, devendo ter seus direitos respeitados por todos (SÃO PAULO, 2013).

Entretanto, o panorama apresentado é divergente das garantias legais, permanecendo como uma reprodução do que os primeiros estudos acerca do crime e punição já evidenciavam, onde, a criminalidade feminina sofre forte influência da ideologia masculina hegemônica da época a qual a burguesia determinava o modelo social normativo e as raízes patriarcais eram predominantes, onde as representações das subjetividades femininas eram inferiorizadas, subdesenvolvidas e ocultadas. Sobre essa percepção, teóricas femininas realizaram investigações buscando denunciar a constatação invisibilidade das mulheres nos estudos sobre crime e punição, e toda negligência praticada por instituições jurídicas, peais e penitenciária (ALMEDA et al., 2016).

Em um estudo com mulheres do Estabelecimento Prisional Feminino Santa Luzia chegou-se à conclusão que “o confinamento da pessoa ao espaço privado contribui para sua invisibilidade uma vez que esta passa a não ser enxergada pelos outros e suas especificidades são destituídas de interesses pelos mesmos”. Com a relação à prisionalização da mulher, a mesma é posta a invisibilidade social, pois deixam de ser o foco de consideração dos pesquisadores, políticos e juristas, se distanciando ainda mais da escala de prioridades sociais (FERREIRA; BAÍA, 2018, p.33).

Com relação às mulheres que vivenciam a gestação em privação de liberdade, os sentimentos de ansiedade, insegurança e medo relacionados à dúvida quanto ao exercício do papel da maternidade, além das modificações físicas ocasionadas na geração de outro ser. Com isso, é necessário que um ambiente acolhedor e que facilite o estabelecimento do vínculo materno seja disponibilizado (MARIN, 2015). Os estudos apresentados reafirmam o panorama encontrado na execução do projeto, onde, o grupo pode acompanhar a consulta de enfermagem realizada pela enfermeira e pode observar o quanto estas mulheres são carentes de acolhimento e demandas de saúde.

A consulta de enfermagem cumpre todas as etapas, desde a coleta de dados até a avaliação de enfermagem. No momento da consulta são trabalhados temas que integram o pré-natal, além da realização do acolhimento, anamnese, exame clínico-obstétrico, solicitação de exames laboratoriais, encaminhamentos para imunização, avaliação do estado nutricional, prevenção e tratamento dos distúrbios nutricionais, rastreamento do câncer de colo de útero e mama, dentre outras ações preconizadas.

Entretanto, é de conhecimento público que uma boa gestação requer a realização de acompanhamento pré-natal regular, com profissionais qualificados, assim como uma boa alimentação, a necessidade de local salubre que garanta o descanso adequado e

bem-estar emocional (CARNEIRO; VERISSIMO, 2016). Mesmo com as limitações do sistema prisional é essencial que diante do crescimento do número de mulheres privadas de liberdade e conseqüente aumento de mulheres grávidas, haja uma adaptação para acolher essas mulheres considerando suas peculiaridades.

Estudos revelam que a situação de limitação ao acesso aos serviços de saúde é reflexo das desigualdades entre pessoas de diferentes classes sociais, onde as mulheres encarceradas já são oriundas desses grupos socialmente marginalizados e vivenciam as restrições de acesso aos serviços de saúde antes e após o encarceramento (FERTONANI et al., 2015; SANTOS et al., 2018),

Apartir da experiência vivenciada, evidencia-se a relevância do profissional enfermeiro como facilitador, mesmo no ambiente hostil dos presídios, promovendo a comunicação e incentivando essa população a falar sobre assuntos relativos às suas necessidades e individualidades. A atuação da equipe de enfermagem deve ser pautada em um olhar mais holístico para esse grupo e a realização de uma assistência de enfermagem seguindo uma sistematização, a fim de compreender o contexto vulnerável ao qual essa população está inserida, contribui para a melhoria da sua qualidade de vida e a redução de suas vulnerabilidades.

Um estudo realizado em 2015 com gestantes privadas de liberdade elencou as percepções das mulheres durante a gestação, com vistas a dificuldade de perceberem seus filhos na barriga e se enxergarem no papel materno, além de apresentarem restrições ao retomar sua história familiar. Segundo a pesquisadora, há perda de referências sociais e familiares, devido ao afastamento do seu local de origem, trazendo riscos para saúde mental de mãe- filho (MARIN, 2015).

Após a realização das consultas, quando se observava a necessidade de encaminhamentos, as mulheres encarceradas eram encaminhadas com escoltas a serviços que possam disponibilizar este atendimento. Em alguns momentos, a insuficiência de escolta, transfigura-se em dificuldades do serviço, impedindo o deslocamento destas internas aos serviços aos quais haviam sido encaminhadas.

A reprodução do cenário de precariedade é muito semelhante ao encontrado em estudo que fala sobre o sistema prisional de outros locais. A mulher encarcerada muitas vezes têm suas necessidades excluídas por não terem acesso a saúde e qualidade de vida. Além disso, deveriam receber atenção mais especializada devido à vulnerabilidade aumentada pela condição de gestante no cárcere que favorece a ocorrência de agravos em múltiplas dimensões e por não diminuir as iniquidades sociais que vivenciam no cotidiano (CARVALHO et al., 2017; MIGNON, 2016).

Neste contexto, a equipe de enfermagem pode contribuir para o resgate da condição de vida digna das pessoas, tanto do ponto de vista biológico, quanto social e psicológico, proporcionando conforto e bem-estar, minimizando iniciativas que estimulem a discriminação ou preconceito; e ainda respeitando os princípios éticos e legais, com

vistas a resgatar o sentido da existência humana (SANTOS et al., 2018).

Alcançar o bem-estar deste segmento depende também da mudança de olhar por parte da sociedade, de forma que minimizar as visões preconceituosas e discriminatórias estimule a solidariedade social como meio de reduzir as vulnerabilidades dessas mulheres e de suas famílias (VENTURA; SIMAS; LAROUZÉ, 2015).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a finalidade de atingir a proposta da pesquisa, por meio das vivências, foi possível descrever a experiência de acadêmicas de enfermagem quanto à assistência prestada às mulheres no ciclo gravídico-puerperal no sistema prisional. As fragilidades encontradas na atenção à maternidade em situação de prisão têm um potencial negativo na vida de mães e crianças que se encontram privadas de liberdade. Os desfechos encontrados possibilitaram perceber que tais fragilidades comprometem o desenvolvimento e manutenção saudável do binômio, mãe-filho, em diferentes fases evolutivas.

No entanto, apesar das limitações, encontra-se na atuação da Enfermagem, a oportunidade de transformar memórias individuais através de ações de humanização que podem ultrapassar barreiras, e tentar minimizar os danos que as experiências vivenciadas no ambiente prisional e suas carências possam provocar na vida dessas mulheres e seus filhos.

REFERÊNCIAS

ALAGOAS. Superintendência Geral da Administração Penitenciária. **População Carcerária**. Alagoas, 2019.

ALMEIDA P.R.C, et al. **Condição de Saúde de Mulheres Privadas de Liberdade: Uma Revisão Integrativa**. Rev. Bras. de Ciênc. da S. [internet]. v.19, n.1, p.73-80, 2016.

BARROS, M.A.R; PENHA, J.C; GALIZA, D.D.F. **Relação dos condicionantes socioeconômicos, sexuais e reprodutivos quanto ao uso de método contraceptivo de presidiárias**. Rev. de enf. UFPE online. v.10, n.12, p. 4599-4605, 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. **População carcerária feminina aumentou 567% em 15 anos**. [internet]. 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Sistema integrado de informações penitenciárias – InfoPen**. Brasília, 2015.

BRASIL, Ministério da Justiça. **Diretrizes para a convivência mãe-filho/a no sistema prisional**. Departamento Penitenciário Nacional - Brasília, 2016.

CALHIARI, E. A.; SANTOS, L. R. S.; BRUNINI, B. C. C. B. **Perpetrators to victims: the blind and void rights of pregnant woman in jail situation**. Psicologia argumento [Internet], p. 393-409, 2015.

CARNEIRO, Z. S.; VERÍSSIMO, M. de L.Ó. R. **Gestação e desenvolvimento de bebês em situação de cárcere**. Extensão em Ação, v. 2, n. 11, p. 39-49, 2016.

CARVALHO, L.E.S, et al. **Percepção de detentos sobre a assistência à saúde em um presídio Estadual**. Revista Interdisciplinar. v.9,n. 4, p. 79-88, 2017.

DIUANA, V.; CORREA; M. C. D. V.; VENTURA, M. **Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade**. Physis: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 727-747, 2017.

DO NASCIMENTO, L. G.; BANDEIRA, M.M. B. **Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional**. Psicologia: Ciência e Profissão, v. 38, p. 102-116, 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6829445> Acesso em: 22 mar. 2019.

FERREIRA, B. A. DE M.; BAÍA, I. V. DE M. **Gênero e prisão**. Revista Espacialidades, v. 13, n. 1, p. 39, 14 maio 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17605/11507> Acesso em: 06 jan. 2020.

FERTONANI HP, et al. **Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira**. Ciência & Saúde Coletiva. v. 20, n.6, p. 1869-1878, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n6/1869-1878/Acesso em: 24 fev.2020](https://www.scielo.org/article/csc/2015.v20n6/1869-1878/Acesso%20em%2024%20fev.2020).

FLORES, N. M. P.; SMEH, L. N. **Mães presas, filhos desamparados: maternidade e relações interpessoais na prisão**. Physis: Revista de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 28, n. 4, e280420, 2018.

MARIN, I. S. K. et al. **Tornar-se mãe num presídio: a criação de um espaço potencial**. In: REIS. et al. (Org). Maternidade e Sistema prisional. - Temas em Debate. Laboratório de Saúde Mental Coletiva da Faculdade de Saúde Pública, USP, 2015.

MIGNON, S. **A questão da saúde nas mulheres encarceradas nos Estados Unidos**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 7, p. 2051-2060, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232016000702051&script=sci_abstract&lng=pt Acesso em: 10 jan. 2020.

NITAHARA, A. **Estudo mostra que 65% das detentas gestantes poderiam ficar em prisão domiciliar**. Agência Brasil – EBC. Rio de Janeiro, 2015.

PIMENTEL, E. **As marcas do patriarcado nas prisões femininas brasileiras**. Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/revistadireito/article/view/11434>. Acesso em: 14 dez. 2019

SANTOS, M. V; et al. **A saúde física de mulheres privadas de liberdade em uma penitenciária do estado do Rio de Janeiro**. Esc Anna Nery. v. 21, n. 2, e20170033, 2017.

SANTOS, M. V. et al. **Acesso aos Serviços de Saúde: o que dizem as mulheres privadas de liberdade?**. Revista Enfermagem Atual In Derme, v. 86, n. 24, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/cliente/Downloads/94-Texto%20do%20artigo-228-1-10-20190321%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/cliente/Downloads/94-Texto%20do%20artigo-228-1-10-20190321%20(1).pdf). Acesso em: 05 jan 2020

SANTOS, R. M. A.; et al. **Diagnósticos de Enfermagem de mães encarceradas**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 52, e03338, 2018.

SÃO PAULO. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Núcleo Especializado de Situação Carcerária. **Direitos e deveres das mulheres presas**. São Paulo, 2013.

VENTURA, M.; SIMAS, L; LAROUCÉ, B. **Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira**. Cadernos de Saúde Pública, v. 31, p. 607-619, 2015.

WALKER, J.R. et al. **Pregnancy, prison and perinatal outcomes in New South Wales, Australia: a retrospective cohort study using linked health data**. BMC Pregnancy and Child-birth, v.14, n.214,p.4-11, 2014.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aleitamento Materno 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 57, 58, 61, 62, 64, 67, 70, 72, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 104, 116, 154

Amamentação 14, 15, 16, 17, 19, 22, 23, 24, 27, 31, 33, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 45, 46, 47, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 81, 84, 86, 88, 89, 90, 91, 101, 132, 148

Assistência Pré-Natal 1, 5, 6, 59, 145, 147

B

Burnout 13, 221, 222, 223, 224, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232

C

Cesárea 28, 81, 87, 89, 154, 193

Continuidade da Assistência ao Paciente 169

Criança 2, 9, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 28, 30, 33, 34, 37, 45, 55, 59, 61, 62, 63, 65, 80, 81, 87, 88, 91, 100, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 114, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 240

Cuidado da Criança 158

Cuidado do Lactente 19

Cuidado Pré-Natal 1, 5, 6, 130, 147

Cuidados de Enfermagem 1, 5, 6, 94, 130, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145

D

Deficiências do Desenvolvimento 169

Desenvolvimento Infantil 101, 113, 169, 170, 177

Desmame Precoce 13, 14, 15, 17, 22, 43, 50, 63

Doença Cardiovascular 186

E

Enfermagem 1, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 15, 16, 19, 27, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 39, 41, 42, 43, 44, 46, 47, 49, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 83, 91, 94, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 116, 117, 118, 129, 130, 131, 133, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 149, 151, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 177, 179, 187, 188, 189, 190, 197, 198, 199, 205, 206, 207, 220, 231, 233, 238, 240, 242, 243, 246, 247

Enfermeiro 1, 3, 4, 5, 7, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 56, 70, 77, 104, 136, 140, 143, 160, 168, 171, 197, 233, 235, 236, 238, 240, 241, 242, 243, 246, 247

Estudos Epidemiológicos 119, 180

Exenteração Pélvica 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206

F

Fatores de Risco 96, 98, 107, 110, 129, 142, 143, 145, 170, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 188, 223, 226

Fenomenologia 190, 192

G

Gerência 94

Gestantes 3, 4, 7, 11, 16, 55, 57, 58, 60, 61, 66, 67, 70, 75, 77, 79, 89, 101, 103, 106, 108, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 138, 139, 141, 142, 144, 145, 154, 155, 171

H

Hospitalização 95, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167

Humanização da Assistência 147, 148, 193

I

Idade gestacional 84, 124, 173

Idade Gestacional 23, 24, 81, 83, 95, 121, 172, 173, 175

L

Leite Materno 16, 17, 19, 21, 22, 25, 27, 60, 80, 81, 83, 85, 86, 87, 89, 90, 91, 97, 114

M

Mastectomia 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220

Maternidade 8, 12, 18, 20, 30, 38, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 67, 68, 70, 72, 76, 78, 79, 82, 100, 101, 105, 115, 129, 147, 149, 152, 191, 214

Militares 221, 222, 223, 224, 226, 227, 230, 231, 232

Mulheres 7, 8, 15, 28, 30, 42, 43, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 87, 91, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 120, 121, 124, 126, 127, 129, 140, 148, 149, 151, 152, 154, 155, 171, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 231, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246

N

Neonatologia 34, 35, 100

Neoplasias da Mama 207, 210

P

Parto Humanizado 147, 148, 151, 156

Parto Normal 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 154

Pesquisa Qualitativa 35, 52, 106, 109, 141, 158, 168, 190

Polícia 221, 222, 224

Prisões 53, 54, 55, 57, 58, 60, 66, 70, 74, 79, 100

Psicologia 35, 41, 43, 78, 79, 149, 167, 199, 200, 202, 206

S

Saúde da Criança 9, 14, 16, 17, 34, 61, 80, 81, 100, 101, 103, 104, 158, 166, 167, 169, 170

Saúde da Mulher 55, 62, 72, 102, 190

Saúde do Adolescente 37, 45, 185

Sexualidade 37, 191, 197, 199, 207, 210, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 237

Sífilis 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 240

Síndromes Hipertensivas 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146

T

Terapia Intensiva Neonatal 11, 18, 19, 35, 98, 169, 172

Teste do Pezinho 1, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12

Tuberculose 26, 55, 71, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137

U

Unidade de Terapia Intensiva 11, 18, 35, 94, 98, 169, 172

Uso de Álcool 106, 107, 108

V

Violência Contra a Mulher 56, 233, 234, 236, 245, 246

Violência Doméstica 233, 234, 235, 236, 245

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020

A Enfermagem Centrada na Investigação Científica 5

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020